

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIX



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1990

DOI: [https:// dx.doi.org/10.14195/1647-8657_29_15](https://dx.doi.org/10.14195/1647-8657_29_15)

ISSN: 0084-9189

RECENSÃO

Miguel CISNEROS CUNCHILLOS, *Marmoles Hispanos: Su Empleo en la Espana Romana*.

Departamento de Ciencias de la Antigüedad, Universidad de Zaragoza, 1988.

ISBN: 84-600-7010-7. 200 páginas.

A oportunidade da obra de Miguel Cisneros Cunchillos resulta incontestável:

1) porque o estudo da proveniência dos mármore usados na escultura, na arquitetura e na epigrafia faculta preciosas informações no domínio da história da ocupação romana peninsular;

2) porque, sendo uma síntese da sua dissertação de doutoramento, *Marmoles y Otras Rocas Explotadas en la España Romana*, defendida nesse mesmo ano (1988) na Universidade de Zaragoza, apresenta com clareza, concisão e arguto poder de análise, toda a problemática que envolve a exploração, comercialização e utilização do mármore durante a Antiguidade Clássica.

Como Manuel Martín-Bueno escreve no prólogo de apresentação do livro, uma investigação sobre o mármore ultrapassa hoje “o âmbito próprio dos estudos sobre técni-

cas extractivas, recursos mineiros ou simples especulações sobre as cadeias de produção e comercialização daqueles produtos pelos antigos” (p. 15).

De facto, Miguel Cisneros Cunchillos assim fez. E se, em qualquer obra, a leitura da / Cunchillos introdução sempre se reveste de interesse para ajuizarmos da forma como o autor encarou o tema, aqui essa leitura é deveras primordial, dado que aí se apontam os problemas em aberto, a metodologia usada para os abordar e os resultados obtidos.

Salienta Miguel Cisneros Cunchillos, por exemplo, que um estudo deste género passa — não há dúvida — pela identificação do material, mas que não se deverá quedar por aí, pois há que detectar, através dele, os “factores económicos e sociais inerentes ao próprio material, aos seus utilizadores e aos operários” (p. 19).

Nesse sentido e após uma preliminar pesquisa bibliográfica (referências aos mármore hispânicos nas fontes literárias clássicas e posteriores), o autor recolheu as informações fornecidas pelos documentos epigráficos acerca da existência de oficinas lapidares; analisou os dados já contidos, a este respeito, em obras da especialidade (quer gerais quer específicas); e cotejou, finalmente, todos esses elementos com os que pessoalmente obteve na pesquisa de campo e na demorada visita a museus.

O tema fulcral do estudo são os mármore procedentes de pedreiras sitas no que Miguel Cisneros Cunchillos designa por sectores “andaluz”, na Cordilheira Bética, e “estremenho-português”, no chamado Maciço Hespérico. E a razão desta escolha resulta evidente do facto de serem estas duas zonas aquelas sobre que, na realidade, maior acervo documental se dispõe.

De resto, a caracterização dos diferentes tipos de mármore explorados ao tempo dos Romanos e a localização geográfica das pedreiras é feita logo, na introdução: os núcleos almeriense e malaguenho da Cordilheira Bética (pp. 22-25); e os da metade ocidental da Península, estremenho e português (pp. 25-28). A observação atenta dos quadros inseridos no apêndice I, sobre as características petrográficas dos mármore em apreço, completa eficazmente esses dados.

Dos mármore portugueses usados pelos Romanos refere Miguel Cisneros Cunchillo^s os cinzentos de Pardais, os brancos e rosados de Estremoz-Vila Viçosa e Borba, e os verdes de Viana do Alentejo. As suas fontes de informação foram, sobretudo, o volume I das *Fouilles de Conimbriga* (Paris, 1977, pp. 271-276), onde António Tavares dá conta dos mármore utilizados naquela cidade romana, e o meu trabalho *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (= IRCP) (Coimbra, 1984, pp. 821-822), em que sintetizei a traços largos o que rastreei acerca do material usado na epigrafia romana do *conventus*. Não pôde Miguel Cisneros Cunchillos visitar com vagar os museus portugueses; pelo menos, nenhum museu português é incluído na *Usta* referida na p. 29. Compreende-se a difícil- / lista dade; de qualquer modo, uma ida ao Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, e, de modo especial, ao Museu Regional de Beja ter-lhe-ia permitido familiarizar-se com o chamado “mármore de Trigaches” ou “de São Brissos”, a que alude na p. 77 sem pormenorização das suas características. O *Portugal Romano* de Jorge de Alarcão (na sua 1.^a edição, Lisboa, 1974) foi também consultado e dele se extraíram breves informações. Ora, quer se considere o termo *mármore* na sua acepção restritamente geológica — rocha calcária que sofreu longas acções de metamorfismo — quer, mais genericamente, como rocha ornamental, tanto as lumachelas cretássicas ou brechas rosadas e coníferas da Arrábida (Setúbal) como os mármore rosas e vermelhos de Lameiras (Sintra), como os também rosados de São Domingos de Rana (Cascais) teriam de ser incluídos, pois a sua utilização,

por exemplo, para o fabrico de monumentos epigráficos se encontra assaz documentada: cf., para as lumachelas da Arrábida, a maior parte dos monumentos epigráficos de Tróia (IRCP, pp. 277-290); e, para os de São Domingos de Rana, as epígrafes inseridas, em 1983 e 1985, no “Ficheiro Epigráfico” (Coimbra), sob os números 24 e 59, respectivamente. Já quanto à inserção da pedra de Ançã e do calcário de Porto de Mós neste contexto (p. 80), eu hesitaria um pouco mais. O seu uso na epigrafia, na escultura e mesmo na arquitectura da época romana não pode sofrer contestação, mas é praticamente inexistente o seu metamorfismo: são calcários simples e, por isso, optaria por não os incluir numa obra sobre mármore, como se não inclui o granito ou o xisto.

No I capítulo, “Fuentes”, estudam-se as fontes literárias clássicas (pp. 37-43), as epigráficas (pp. 44-54) e as referências literárias desde o século XII ao XIX (p. 54 e fig. 3).

Capítulo importante é, deveras, o II — “Referências arqueológicas” (pp. 57-84) — que vai ilustrado com um mapa de localização das pedreiras. Aí se concretizam, de forma clara, por províncias e por *conventus*, os dados disponíveis acerca da existência de pedreiras, discutindo-se, a propósito, as teses já apresentadas pelos diversos autores, designadamente por Alicia M. CANTO, cujo trabalho *Avances sobre la explotación del mármol en la España romana* (“Archivo Español de Arqueología” 50-51 1977-1978 165-189) terá decerto marcado, apesar das suas compreensíveis deficiências, o arranque destes estudos a nível peninsular.

Particular atenção merece, tanto neste capítulo (pp. 76-77) como no anterior (p. 51), a problemática relacionada com as pedreiras de Almadén de la Plata, designadamente no que respeita ao seu estatuto jurídico-administrativo: dependência directa do imperador ou, apenas, do governador senatorial da província da Bética em que se localizam? O autor, embora não ouse dar-lhe uma resposta definitiva (p. 134), parece, de facto, inclinar-se para a segunda hipótese.

Em meu entender, o estatuto previsto na legislação de Vipasca para as diferentes actividades aí desenvolvidas poderia ter sido aqui evocado com toda a propriedade, tanto mais que aí se fala, a dado passo (IRCP 142, § 7, ~~Uma~~ 54), das “lapides lausiae expeditae / linha in lapicaedinis”, ou seja, das “lousas já preparadas nas pedreiras”, precisamente no capítulo que trata dos contratos dos negociantes de escórias e de pedra. Foi, decerto, um dado que terá escapado a Miguel Cisneros ~~Cundillos~~, porque me parece, na verdade, muito / Cunchillos passível de se aplicar aqui o esquema previsto para Vipasca: essa exploração é da exclusiva jurisdição imperial, pertence ao Estado, que a adjudica em hasta pública ao arrendatário que melhores garantias oferecer. Cf., a propósito desta passagem: Claude DOMERGUE, *La mine antique d'Aljustrel (Portugal) et les tables de bronze de Vipasca, “Conimbriga” 22 1983 95-97.*

Elenca o capítulo III os mármore espanhóis e portugueses utilizados e aí se especifica como e quando o foram, dados que se sistematizam no exaustivo e bem elaborado inventário inserido no apêndice II (pp. 149-170). Conclui Miguel Cisneros ~~Cundillos~~ que / Cunchillos os mármore da zona almeriense foram usados na arquitectura, em obras escultóricas e em monumentos epigráficos desde a época dos júlios-cláudios até ao século II da nossa era; os da zona malaguenha também se empregaram nos mesmos domínios e, genericamente, na mesma época, embora possa haver indícios da exploração do mármore de Honda já na segunda metade do século II a. C.; os mármore estremenhos foram preferidos para a arquitectura e para a epigrafia, também no Alto Império; as pedreiras de Almadén de la Plata, exploradas no Alto Império também, forneceram, de modo especial,

elementos arquitectónicos; e, por fim, os mármore de actual Alentejo português têm uma utilização que vai do século I ao IV nos domínios arquitectónico, escultórico e epigráfico.

Finalmente, o capítulo IV aborda as questões relacionadas com o comércio e o transporte. De novo se considera como os Romanos privilegiaram as rotas marítimas e fluviais, designadamente o Ebro e o Guadalquivir. Discute Miguel Cisneros Cunchillos o problema do escoamento dos mármore de Estremoz-Vila Viçosa, por exemplo, até à capital de província onde a sua presença se encontra bem documentada: a possibilidade de um transporte directo por via terrestre, dadas a relativa pequena distância entre as pedreiras e Mérida e a escassa navegabilidade do rio Guadiana, é hipótese que se lhe afigura preferível à alternativa da ida até a um porto da costa meridional subindo depois o Guadalquivir, em cujo curso médio poderá ter existido, no entanto, um centro de armazenamento e distribuição (p. 128).

As pp. 131-139 sintetizam eloquentemente o conteúdo da obra, que é completada com índices de fontes literárias clássicas, de inscrições, de figuras; e com a bibliografia.

O livro vem na sequência da investigação desenvolvida desde há longos anos quer, pontualmente, em Conímbriga quer, sobretudo e de forma sistemática, nos laboratórios especializados adscritos às universidades espanholas. Estou a recordar o Laboratório de Petrología del Area de Petrología y Geoquímica de la Universidad de Zaragoza, expressamente citado nesta obra (p. 29, n. 42) e a actividade desenvolvida nesse sentido pelo Departamento de Cristalografía e Mineralogia da Universidade Autónoma de Barcelona, em colaboração com o Prof. Marcos Mayer, que tem a seu cargo a coordenação dessa investigação com vista à reedição do II volume do *Corpus Inscriptionum Latinarum*. Parece-me, pois, que a mais estreita colaboração peninsular num projecto comum colherá, decerto, sólidos resultados, sem necessidade de procedermos também nós, portugueses, à criação de equipamento laboratorial próprio mais sofisticado — intenção que me pareceu poder deduzir da posição veiculada por Manuel Justino Maciel e Helder Coutinho, na comunicação que apresentaram, em Abril de 1990, ao II Colóquio Arqueológico de Viseu, subordinada ao título *A utilização dos mármore em Portugal na época romana: ensaio de uma metodologia de estudo*.

Curiosamente, Miguel Cisneros Cunchillos sentiu-se na obrigação de justificar a inserção, ainda que não exaustiva (p. 109), no seu trabalho, dos mármore portugueses. Alegou razões de ordem geológica e a grande utilização que eles tiveram em Mérida (p. 108). Seria, de facto, bem estranho que assim não tivesse procedido — mas essa sua justificação veio acentuar o interesse de rapidamente se eliminarem, no domínio científico, as fronteiras nacionais.

Uma palavra ainda acerca do I capítulo. É que, se os testemunhos arqueológicos são — de longe! — neste caso os mais expressivos, não é menos verdade que as referências literárias assumem o maior significado por serem expressão pública duma realidade palpável, importante, e os textos epigráficos constituem prova cabal da existência duma actividade minimamente organizada.

Pertence a Plínio, na *Naturalis Historia*, III, 3, 30, a única referência literária expressa à exploração marmórea numa península onde a extracção de minérios (de ouro, prata, cobre e ferro) pesava muito mais significativamente na balança económica imperial. Daí — como Miguel Cisneros Cunchillos bem assinala (p. 41) — a quase inexistência de alusões concretas. Além de se referir ao *lapis specularis*, o gesso selenítico dos arredores de Segobriga (p. 39), fala de *marmorum lapidinae*, de pedreiras de mármore na Hispânia.

As fontes epigráficas permitem-nos detectar o funcionamento de oficinas, como a de Flavus de Conimbriga (p. 45) e mencionam, por vezes, quem trabalha com o mármore: os *marmorarii* (IRCP 269 e 497) e os *lapidarii*. Quanto a estes últimos, cita Miguel Cisneros Cunchillos quatro inscrições: a de Caldas de Vizela (CIL II 2404), a de Peñalba de Castro uma / (CIL II 2772), ~~urna~~ de Elvas e outra de Cartagena (p. 51)~~ff~~. Esse texto dado ~~como~~ / como dente de Elvas pela *Hispania Antiqua Epigraphica* 1520 é, porém, de Afife, no *conventus* VIANA / *Bracaraugustanus*: cf. VIANA (Abel), *Um "lapidarius" de Afife (Viana do Castelo)*, "Crónica del III Congreso Arqueológico Nacional (Galicia, 1953)", Zaragoza, 1955, pp. 525-528; por outro lado, a reconstituição aí proposta por Abel Viana — [LA]PIDARIVS — com / deve ser encarada ~~com~~ sérias reservas, dadas as suas inusitadas características. Desta forma, resulta sem significado a justificação dada pelo autor na p. 51 e, a existir a referência a um *lapidarius*, a sua actividade estaria decerto ligada à abundância de clientela, razão se também se invoca para a presença de Reburino junto ao local de culto às Ninfas Castecas (CIL II 2404, já citado), comentada por Miguel Cisneros Cunchillos na p. 53.

Além das citadas referências a trabalhadores da pedra, duas outras se poderão aduzir. A primeira foi dada a conhecer por Alain Tranoy (*Ateliers lapidaires et niveaux de culture dans le Nord du Portugal*, "Gallaecia" 7/8 1984 269-274): na parte superior *(fficina)* / dum a ara a I. O. M., descoberta em Santa Cruz de Lima (Ponte de Lima), lê aquele investigador EX. OF(~~fficina~~) ELP(IDI?). Numa escultura funerária de S. Tomé de Vade, concelho de Ponte da Barca, no *conventus Bracaraugustanus* também, ainda inédita mas já referida por Jorge de Alarcão no seu *Roman Portugal* (vol. II, fase. 1, p. 5, n.º 1/82, foto 111), lê-se no final ARCIVS FECIT, donde se pode deduzir a identificação dum escultor e lapidário, dono decerto de uma oficina local.

E se a redacção do primeiro parágrafo da p. 52 se me afigura um pouco confusa, por não destrinçar claramente quem se identifica com os *tria nomina* e os trabalhadores que apenas usam um nome, também gostaria de informar que Jorge de Alarcão e António Tavares estudaram pormenorizadamente, na sequência da visita de estudo que ali fizeram 1976 / em Junho de ~~1976~~, os vestígios da exploração romana de mármore identificados na Herdade da Vigária, junto a Vila Viçosa, aos quais o autor se refere, por exemplo, na p. 78. O texto do citado estudo foi inserido no vol. II (pp. 1-12) dos "Studia Pompeiana & Classica — in honour of Wilhelmina F. Jashemski", editado por Robert I. Curtis (New York, 1989) sob o título *A Roman Marble Quarry in Portugal*. A exploração pôde ser datada através do achamento dum fragmento de vaso de *terra sigillata* sudgálica com a marca GEMINV(s), oleiro que trabalhou ao tempo dos Flávios (*ibidem*, p. 6). Perguntam os autores se o baixo-relevo representa "an attempt to depict a nymph, a virile divinity, the god Fontanus, or the goddess Fontana" (*ibidem*). A sugestão destas duas últimas divindades reside na circunstância de se ter achado nas proximidades, em Bencatel, uma ara dedicada a este par divino (IRCP 438). A problemática das técnicas de exploração são também abordadas no artigo, uma vez que no local se detectaram as marcas para o corte dos bancos de mármore.

Está Miguel Cisneros Cunchillos a especializar-se num domínio que se apresenta, a todos os títulos, de importância fundamental para a reconstituição do que foi a vida económica peninsular ao tempo da dominação romana. A metodologia adoptada é a correcta, as conclusões cautelosas mas seguras. E este livro constitui, sem dúvida, um marco indispensável para as futuras pesquisas a fazer.

JOSÉ d'ENCARNAÇÃO